



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO
PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 16.10.2021
DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (20 pontos)

O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), instituído primeiramente pela Lei n. 13.254, de 13 de janeiro de 2016, permitiu que residentes ou domiciliados no País, com recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados de maneira incorreta, pudessem regularizar sua situação perante o Fisco Federal.

Através da Declaração de Regularização Cambial e Tributária (DERCAT), o contribuinte aderente prestava informações ao Fisco Federal, unilateralmente e por meio eletrônico, sobre bens e direitos de que fosse titular até 31 de dezembro de 2014.

Considerando que o prazo final para a entrega da DERCAT era 31 de outubro de 2016, determinado contribuinte, com residência e domicílio fiscal no Estado do Rio de Janeiro, decidiu aderir ao programa, regularizando um depósito bancário em conta no exterior, de valor vultoso, recebido por doação em 2011.

Neste contexto, analise as seguintes questões:

- a) a natureza e o prazo de que dispõe o Fisco Federal para contestar a declaração do referido contribuinte em razão de alguma irregularidade e efetuar o lançamento;
- b) se há incidência de tributo estadual, bem como a natureza e o prazo para o Fisco Estadual exigir a sua cobrança.

2ª Questão (20 pontos)

Diferencie gastos diretos de gastos indiretos tributários, exemplificando. Considerando um ente subnacional submetido ao Regime de Recuperação Fiscal e em conjuntura pandêmica, existem limites constitucionais e infraconstitucionais à efetivação das referidas modalidades de gastos?

3ª Questão (20 pontos)

Analise a inclusão do ISS na composição das respectivas bases de cálculo do PIS/COFINS e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 16.10.2021

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

4ª Questão (20 pontos)

O contribuinte X, estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, e que atua no ramo atacadista de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária para frente, foi autuado pela Fazenda Estadual por ter recolhido a menor o ICMS próprio devido em razão de operações de venda de mercadorias para varejistas, bem como por ter retido e recolhido a menor, na condição de contribuinte substituto tributário, o ICMS relativo à substituição tributária (ICMS-ST). De acordo com a legislação em vigor, a base de cálculo aplicável na substituição tributária é o preço praticado na operação própria do contribuinte X acrescido da margem de valor agregado e do montante dos valores de seguro, frete, e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes.

De acordo com o Auto de Infração, tanto em relação ao ICMS próprio, quanto em relação ao ICMS-ST, o contribuinte adotou base de cálculo menor que a devida, uma vez que excluiu os descontos concedidos sobre o preço de venda das mercadorias aos varejistas, os quais consistiram em (i) desconto de 15% incidente para os varejistas estabelecidos no bairro “Z”, independentemente da forma de pagamento (cartão de crédito, cheque, moeda corrente, etc.); e (ii) desconto de 10% para varejistas estabelecidos em quaisquer bairros, nas hipóteses de pagamento no ato de aquisição e exclusivamente em moeda corrente.

Inconformado, o contribuinte X apresentou impugnação administrativa ao lançamento tributário exclusivamente quanto ao mérito da autuação, arguindo a correção do recolhimento por ele efetuado tanto do ICMS próprio quanto do ICMS-ST, sob o fundamento de que os descontos concedidos não devem ser incluídos na base de cálculo do ICMS, sob pena a violação ao princípio da capacidade contributiva, ressaltando, inclusive, no caso do ICMS-ST, a possibilidade de que o valor das operações ao consumidor final terem se dado em montante menor que o presumido.

Em 1ª instância administrativa, a Junta de Revisão Fiscal entendeu pelo descabimento das alegações do contribuinte e julgou procedente na íntegra o Auto de Infração. Irresignado, o contribuinte X interpôs Recurso Voluntário para o Conselho de Contribuintes, reiterando os argumentos de sua defesa.

O processo administrativo foi encaminhado, então, para parecer da Representação da Fazenda junto ao Conselho de Contribuintes, cujos membros são escolhidos dentre os Procuradores do Estado. Na qualidade de Representante da Fazenda, opine sobre o caso.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 16.10.2021

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

5ª Questão (20 pontos)

Determinada concessionária de energia elétrica propôs ação judicial pleiteando o reconhecimento do direito de excluir integralmente a demanda contratada da base de cálculo do ICMS. Além disso, requereu, em razão da pandemia de COVID-19 e do conseqüente aumento do inadimplemento, o reconhecimento do direito de compensar o valor referente ao ICMS recolhido em períodos anteriores, decorrente de contas que não foram efetivamente adimplidas pelo consumidor final.

Como Procurador do Estado, apresente argumentos de defesa de mérito da Fazenda Pública.